



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

ATA N.º 6/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e nove minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Período para intervenção do público-----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia-----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia-----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.-----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº5 da Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2015.-----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Documentos Previsionais:-----

a) Proposta de Orçamento para o ano de 2016.-----

b) Proposta de Grandes Opções do Plano para o ano de 2016-2019.-----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2016.-----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2016.-----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – Contrato de Prestação de Serviço Via CTT.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Opção de Venda das Participações Sociais do Município de Borba nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Aprovação do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Fixação do feriado anual do Município de Borba para o ano de 2016.

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 3º Trimestre de 2015 – (Título Informativo).

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Francisco José Ramalho Mendes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Pedro Miguel Lopes Grego; Paulo Manuel Coelho Velhinho; Paulo Jorge Panasco Aires; Manuel António Barroso Alpalhão; João António Ameixa Morgado.

Verificou-se a ausência dos membros: Quintino Manuel Primo Cordeiro, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº.1**) e foi substituído pelo senhor Manuel António Barroso Alpalhão; Crispim Francisco Avó Lopes, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento n.º2**) e foi substituído pelo senhor Paulo Manuel Coelho Velhinho.

----- Seguidamente tomou posse o membro Paulo Manuel Coelho Velhinho, que foi substituir o membro Crispim Francisco Avó Lopes.

PONTO UM: Período para intervenção do público

----- **O senhor Valdemar Santos** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) sou natural da Orada, sou empresário, comprei um Monte na Alcaraviça (aglomerado de montes), e contatei o presidente da Junta da Orada, por causa do arranjo da estrada, da Ponte Romana e da Fonte das



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

Moças, equipamentos localizados no local que adquiri. Fui informado pelo senhor presidente da Junta da Orada, que não tinha pessoal para trabalhar, que o funcionário que a Junta tinha foi reformado". ---
----- Informou, que as pequenas reparações que solicitava, caso não fossem feitas agora, daqui a um tempo seria mais difícil a sua execução. -----

----- Explicou " (...) o investimento que pretendo fazer, vai criar postos de trabalho e desenvolvimento para o concelho". -----

----- Alertou para a falta de luz existente na zona, devido à intervenção que a EDP anda a fazer nas linhas elétricas. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e agradeceu a exposição feita pelo senhor Valdemar Santos, informando de seguida que iria tratar dos assuntos enunciados, juntamente com o presidente da Junta da Orada. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) queria pedir um esclarecimento, relativamente à intervenção do senhor Valdemar no que respeita à intervenção da Ponte Romana, quando falou disse que já tinha feito o pedido ao senhor presidente, (...) ou percebi mal". -----

----- **O senhor Valdemar Santos** respondeu " (...) falei com o senhor presidente da Junta da Orada". -----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente

----- **O membro Célia Alpalhão (2ª Secretária)** desejou boa noite e umas boas festas a todos os presentes, e relativamente ao expediente entrado, informou ter sido recebida a seguinte documentação: -----

- Um ofício do Partido Socialista – Seção de Borba, solicitar cópia do ofício EXPG/734/15 de 25-06-2015 enviado à Comissão de Acesso aos Documentos administrativos (CADA). -----
- Ofício da Câmara Municipal com o **Relatório nº2249/2014 da Inspeção Geral de Finanças**. -----
- Ofício da Câmara Municipal com o parecer sobre o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança. -----

Relativamente ao Expediente- Expedido, informou que tinha sido expedida a seguinte documentação:-----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

- **Ofícios para diversas entidades/organismos**, com a Saudação/proposta; declarações de voto e protesto apresentados na Sessão da Assembleia Municipal de Borba em 26-09-2015, pelos eleitos do PS. -----
- **Ofício Partido Socialista – Seção de Borba**, com cópia do ofício enviado à CADA, devido à queixa apresentada pelos eleitos do PS, contra o presidente da Assembleia Municipal. -----
Informou, “ (...) como usualmente, a documentação encontra-se à disposição para consulta (...)”. -
----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou “ (...) foi rececionado da CCDRA – Comissão de Coordenação do Alentejo, um parecer sobre as convocatórias e as comunicações entre esta Assembleia/Mesa e os distintos membros”. -----
----- Continuou “ (...) vou referir apenas o final deste parecer (...), *tal conclusão poderá não obstar, no entanto, a que os elementos consubstanciadores da ordem do dia, a serem entregues com a antecedência mínima de dois dias sobre a data de início da sessão ou reunião, possa ser entregue por via eletrónica. Efetivamente, a lei não parece consagrar nenhum meio de entrega em específico, o que poderá significar a possibilidade de utilização do meio eletrónico, desde que ressalvada a certeza quanto o mesmo, quer quando a entrega se concretize por suporte digital, quer quando se concretize por envio eletrónico (...)*. -----
----- **O membro Ângelo de Sá** referiu “(...) ficou esclarecido na reunião de representantes das várias forças políticas, com assento nesta Assembleia, que seria fornecido em formato papel, um único exemplar de toda a documentação a cada força política”. Acrescentou “ (...) seria bom existir um consenso relativamente a este assunto”. -----
----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse “ (...) por ter dúvidas acerca deste assunto, e achar exagerado, a entrega de um suporte de papel a cada força política presente nesta Assembleia, pedi um parecer à CCDRA, relativamente à entrega desse exemplar em formato de papel, porque nem isso, eu quero que seja fornecido”. -----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia

- **O membro Rui Franco** desejou boa noite e um Santo Natal e um excelente 2016 a todos os presentes, e deu os parabéns ao executivo da Câmara, pela ideia da realocização do Presépio, “ (...) ficou um espaço muito bem conseguido”. -----
----- Continuou “ (...) relativamente ao documento recebido no dia doze de novembro, via eletrónica, que diz respeito a uma Auditoria Financeira referente ao município de Borba, efetuada pela Inspeção Geral de Finanças respeitante a um período entre um de janeiro de dois mil e dez e trinta e um de dezembro de dois mil e doze (...)”, frisou, “ (...) essa inspeção foi realizada entre abril e agosto de dois mil e treze, o processo tem os seus timings, há períodos de contraditório e chegámos agora ao



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

documento final, (...) cerca de dois anos depois de concluída a inspeção". Disse " (...) vou citar a síntese do Inspetor como conclusão para que fique devidamente documentado em ata".-----

- "Os orçamentos do Município de Borba, entre 2010/2012, foram empolados, de forma sistemática e elevada, ao nível das receitas orçamentais em especial, de capital (2012: taxa de execução, respetivamente, de 59% e 42%), o que possibilitava e potenciava, de forma artificial, a realização e/ou existência de elevados montantes de despesa para o pagamento dos quais não havia disponibilidades financeiras em dois mil e doze o montante foi cerca de 6,9 milhões de euros). -----

- Foram violados, de forma reiterada, o princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial, o que espelha uma gestão orçamental desequilibrada. -----

- A dívida municipal que decresceu entre 2010/2012, cerca de um milhão de euros e 7,4%, mas mantinha, no final do último ano, um montante materialmente relevante 12,7 milhões de euros) e desadequado face ao seu quadro financeiro. -----

- Não obstante o recurso ao PREDE (programa de regularização extraordinária das dívidas do estado), cerca de 1,8 milhões de euros, o Município de Borba continuava a apresentar, no final de 2012, uma situação de curto prazo negativa e desequilibrada, com um elevado saldo real negativo de operações orçamentais cerca de 6,4 milhões de euros, e relevantes pagamentos a médio prazo, a terceiros e fornecedores (cerca de, quatrocentos e oitenta e sete a quinhentos e oitenta e um dias, quase dois anos para pagamentos). -----

- A Autarquia celebrou, com violação do quadro legal, um contrato de confirming, situação que é suscetível de gerar responsabilidade financeira. -----

- O Município de Borba cumpriu, em dois mil e doze, todos os limites legais de endividamento municipal". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** apresentou uma tomada de posição, que seguidamente se transcreve (e arquiva em pasta anexa como documento nº3). -----

- " Os Eleitos do PS lamentam profundamente o facto do Senhor Presidente da Assembleia não tome qualquer posição relativamente à ausência de resposta em relação ao fornecimento dos documentos solicitados à Câmara Municipal. -----

- É inadmissível que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aguarde a resposta ao ofício vergonhoso de referência 1096 (EXPG/ 734/15) enviado pela Câmara Municipal de Borba à CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) em que a mesma procura esconder documentos que possam ser tornados públicos, além de revelar desconhecimento da legislação no que se refere ao estatuto e direitos da oposição. -----

- Esta atitude só revela a postura ditatorial que a maioria vem tomando ao longo de dois anos e que pode levar os Eleitos do PS a solicitar os documentos via Ministério Público. -----

- Esta tomada de posição deve ser enviada para: -----

- Procurador-Geral da República; -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

- *Direção Geral das Autarquias Locais;* -----
- *Presidente da Comissão de Coordenação e do Desenvolvimento Regional do Alentejo;* -----
- *CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;* -----
- *Os Eleitos do PS.* -----

----- **O membro Paulo Ferreira** desejou boa noite a todos e disse " (...) em relação ao documento recebido no dia 12 de novembro os eleitos do PSD estão completamente tranquilos, tal como os eleitos da CDU, que sempre votaram contra estes orçamentos, que desde logo, disseram que eram empolados. Curiosamente estava à espera de quem iniciava este debate. (...) este debate não se pode virar só contra o PS, porque o MuB, tem aqui larguíssimas responsabilidades, senão vejamos! O senhor presidente da Câmara atual, na altura presidente da Junta de freguesia da Matriz, sempre votou a favor destes orçamentos. E mais grave que isso, é ele que justifica o seguinte (...) " *esta situação só foi praticada para permitir que os Orçamentos cumprissem formalmente o princípio do Equilíbrio Orçamental*". Isto não é dito pelo Dr. Ângelo de Sá, atenção, isto é respondido pelo atual presidente da Câmara, faz parte da última parte do relatório, assinado por ele. (...) todos os membros do MuB, que toda a vida apoiaram o PS nas eleições, não venham a dizer agora, que entre 2010/2012, não sabiam o que se estava aqui a passar. Os eleitos do PSD e CDU avisaram reiteradamente, que estes orçamentos eram fictícios". -----

----- Continuou " (...) a nível do que se fala do ministério público e da Justiça, aí, permitam-me dizer, à Justiça o que é da Justiça, à Política o que é da Política. No entanto não finjam que não sabiam e que não votaram a favor, (...). Quando nós votávamos contra eramos acusados de pouca vontade pelo município (...). Continuou " (...) na página cinco o Inspetor toma a liberdade de escrever o seguinte " (...) *situações de ata omitidas ou esquecidas (...)* ". Reiterou, " (...) não é só o PS que tem a culpa, são todos aqueles que sempre permitiram esta política, e muitos deles estão agora no MuB". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Paulo Ferreira o seguinte " (...) enquanto membro independente do PS (presidente de Junta de Freguesia S. Bartolomeu e Matriz), naturalmente que acreditava em tudo o que me diziam, estava mais preocupado com a minha freguesia. Trabalho com pessoas em quem tenho confiança total, logo também quero, que os outros tenham confiança em mim". Acrescentou, " (...) votei a favor nesses orçamentos todos, tranquilamente, porque entendia que as pessoas me diziam o correto possível. Votei e assumi na altura (...), porque entendia que era a melhor solução para Borba na altura, assim como agora votarei contra, se entender que não é a melhor solução para Borba. Nunca abdiquei, nem abduco daquilo que votei (...), não abduco de nenhuma responsabilidade (...). Fazia parte de um grupo (...), que acreditava, que aquilo que estava a ser feito era bem feito, lamentavelmente, essas provas todas que aparecem aí, dizem o contrário". -----

----- Continuou " (...) nunca, irei abdicar daquilo que fiz, por respeito à minha terra e acima de tudo,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

por respeito por mim e ao grupo a quem pertencia (...). Eu pertenci à história passada e admito o que fiz na história passada, bem ou mal, o povo o decidiu". Realçou " (...) uma coisa é um órgão de gestão executivo, outra coisa é um órgão em quem a gente confia". -----

----- Referiu, se alguém do movimento ao qual ele pertence atualmente entender em não concordar com alguma das propostas apresentadas," (...) deve votar contra, (...), se calhar eu também deveria ter votado contra muitas coisas, mas confiava, eu confio sempre nas pessoas em todo o lado".-----

----- **O membro Paulo Ferreira** na sequência da intervenção do senhor presidente da Câmara disse recordar-se de em tempos na Assembleia Municipal da Junta de Freguesia da Matriz, quando o senhor presidente da Câmara ocupava o lugar de Presidente dessa Junta de Freguesia (Matriz), tanto ele como o membro João Pedro Paulo, segundo disse, " (...) o termos desde logo avisado que os orçamentos estavam a ser impraticáveis. (...) chamámos a atenção, eu particularmente, da retirada da receita da publicidade, (...) a qual deitou a Junta de Freguesia da Matriz abaixo, pelo menos começamos com um saldo bastante positivo e terminou negativo". -----

- Saliou o facto de a sua intervenção visar demonstrar que há três anos atrás, quando o PSD e a CDU denunciaram a situação, tinham razão, por ser a mesma visível já na altura. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** repetiu " (...) nunca irei abdicar das minhas responsabilidades como membro eleito da Assembleia Municipal de Borba, como presidente de Junta de Freguesia de São Bartolomeu e Matriz, (...). -----

----- Realçou " (...) eu assumi responsabilidades, votei a favor de orçamentos, votei a favor de muita coisa e não me arrependo na maior parte delas. Quando percebi que alguma coisa afinal estava mal, entendi o contrário (...). Enquanto estive como membro desta assembleia falei o que tinha que falar a esta assembleia, em prol das freguesias pelas quais fui eleito. Votei a favor dos orçamentos, disse claramente muitas vezes, que os empolava para os resolver (...) e não vou mudar a minha posição". Adiantou " as responsabilidades pessoais, políticas são minhas! (...) estou muito mais preocupado, em coisas importantes para Borba, do que me desculpar pelas formas como fiz votações em mandatos anteriores". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...) este documento foi enviado pelas finanças para conhecimento Câmara e à Assembleia, não foi enviado para ser discutido aqui, aliás os elementos que estão aqui nesta assembleia, nada têm a ver com o que se passou há quatro anos atrás. Tudo que consta nesse relatório foi dito por mim (...), aqui dentro desta casa, quando eu ocupava a posição de presidente (...), foi devidamente justificado porque é que esses orçamentos tinham de ser empolados. (...) está tudo explicado em atas, no momento próprio". -----

----- Continuou e disse ao senhor presidente que as pessoas que se abstêm, é como se votassem a favor para efeitos de pagamento. -----

----- **O membro João Pedro** desejou boas festas a todos os presentes e disse " (...) acho lamentável que ao fim de um período de dois anos, seja emitido um relatório que aponta para uma



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

situação que poderia ter sido resolvido antes. Porque politicamente as coisas são aprovadas por quem tem maiorias ou não, depende da situação. Mas tecnicamente e legalmente, poderia ter sido perfeitamente possível o Tribunal de Contas, ter emitido uma opinião em relação às contas do Município durante esse período, com orçamentos desse tipo". -----

----- **O membro António Júlio Prates** desejou boa noite e um Feliz Natal a todos os presentes, e disse " (...) esta minha intervenção vem de encontro ao que o Paulo Ferreira disse, "que os membros do MuB assinaram antes", penso que não está muito correto estar a relacionar os membros do MuB, com coisas que o PS fez anteriormente. (...) o MuB está aqui representado por doze pessoas, gostava que o senhor Paulo Ferreira, me dissesse além do senhor Presidente da Câmara, quais as outras, dessas pessoas, tiveram ligação com o passado, com os documentos em discussão". -----

----- **O membro Augusto Guégués** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) quem é que não faz orçamentos empolados? (...) uma pessoa que faz um orçamento não sabe se as receitas que está a cabimentar são de facto as receitas que se vão realizar em concreto. Muitas das correções orçamentais se devem efetivamente a essa situação. A lei das Finanças Locais não era cumprida. (...) o próprio orçamento do estado violava a lei. Não fazia a cabimentação das verbas, previamente definidas, estabelecidas por lei, tendo em vista a descentralização para os concelhos. Quem chamou a atenção para essas situações? Alguém chamou? Mas os concelhos eram extremamente lesados, o Poder Local foi durante anos bastante lesado, pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais". ----

----- Saliou que para ele a situação do "empolamento dos orçamentos", não tinha " grande significado". Tendo em vista o Financiamento do Quadro Comunitário, muitas vezes tinha que se empolar o orçamento, para que determinado tipo de projetos se pudesse vir a realizar. Esses mesmos projetos tinham que estar previstos em orçamento. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** " (...) dizer ao senhor presidente da Câmara que de modo algum julgo que havia má intenção pessoal, quando se votava alguma coisa". Continuou " (...), não falei nada de assinaturas, falei apenas que as pessoas são as mesmas, muda o partido ou o movimento, mas as pessoas são as mesmas, não retiro uma vírgula àquilo que disse". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...) pode ser que esta afirmação que vou fazer agora, venha a fazer história, daqui por quatro ou cinco anos. Estamos no ano de 2015, início de 2016, (...) o Portugal 2020 praticamente não funcionou até agora. Os anos de 2016/2017 vão ser anos em que as Câmaras à semelhança daquilo que foi há uns anos atrás vão ser pressionadas a fazer obra. Os organismos que hoje criticam, que auditam, que dizem que foram ultrapassados os valores, vão dizer por causa do Portugal 2020, para que exista execução "ultrapassem lá isso, invistam lá (...)", e isto está para breve". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor membro Ângelo de Sá " senhor anterior presidente da câmara, o senhor foi pressionado, e eu compreendo, agora eu só serei pressionado, quando quiser. Prefiro arranjar uma coisa pequena, pagando-a, do que ficar empenhado até à raiz



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

dos cabelos, em que as pessoas de Borba em termos de futuro são obrigadas a pagar". -----
Continuou " (...), que fique em ata aquilo que disse o anterior presidente da Câmara, e que fique em ata claramente, *"que em Borba quem manda são as pessoas de Borba, com as contingências todas deste mundo muito global, que fique claro, aí de quem queira vir meter o bedelho, por muito importantes que sejam (...), não me vou deslumbrar com ninguém. Vou trabalhar claramente e sossegadamente para Borba, e Borba são quatro freguesias. É o meu objetivo é a minha intenção, é isso que vou fazer enquanto aqui estiver"*. -----

----- **O membro Pedro Bilro** desejou boa noite a todos os presentes e solicitou ao senhor presidente o seguinte " (...) uma vez que foi dito na última assembleia, por intervenção minha, que estava a ser acompanhada pela Câmara a condenação do antigo presidente por o Tribunal de Contas, se existe mais alguma informação, desenvolvimento sobre esse processo, porque creio que é de grande relevância para a autarquia". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu " (...) em setembro o membro Pedro Bilro, perguntou o que se estava a passar, relativamente a uma sentença que tinha transitado em julgado respeitante à condenação do antigo presidente. No dia 11 de dezembro recebi uma carta do Tribunal de Contas que dizia " informamos a câmara municipal de Borba, que foram enviadas aos demandados Ângelo de Sá e Artur Pombeiro, a obrigação de pagarem até ao dia 31 de dezembro, nos cofres do Município de Borba, cerca de sessenta e nove mil euros, mais vinte seis mil euros em juros, no total cerca de noventa e seis mil euros. O Tribunal de Contas nessa carta que enviou aos demandados (original), a nós só mandou uma cópia da guia de pagamento, disse claramente, se até ao dia 31 de dezembro, não for paga a quantia referida, nós câmara teremos de informar o Tribunal de Contas". -----

----- **O membro João Letras** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que tinha uma recomendação para apresentar, a qual já tinha sido feita pela sua colega Gabriela Coelho, na anterior sessão da Assembleia Municipal, para em virtude de a mesma ter sido feita após a votação não constar em ata. -----

----- Seguidamente leu a Recomendação (que se arquiva em pasta anexa como documento nº 4), e transcreve. -----

- Recomendação -----

-- Uma vez que a Ata nº5 da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Borba realizada em 26-09-2015, proposta hoje a votação, não reflete a recomendação apresentada no ponto 3.5 da Ordem do Dia por esta bancada, e admitindo que tal facto se deva a lapso não imputável a ninguém, mas antes fortuito por natureza, pela correta expressão da verdade da sessão, para memória futura e como base à proposta mais abrangente que se encontra em preparação e oportunamente será apresentada no Órgão Câmara Municipal, a bancada do PSD apresenta a seguinte recomendação solicitando desde já a sua inclusão em ata. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

- **A situação financeira a que o Município de Borba chegou e a consequente adesão ao PAEL, em 2012, tem obrigado à aplicação das taxas máximas de IMI. O PSD, desde então, tem votado favoravelmente por força do compromisso assumido e em coerência com a votação do PAEL, muito embora, por princípio, sejamos favoráveis à aplicação das taxas mínimas de IMI como sempre temos expressado em declaração de voto.**-----
- **Contudo, o Município de Borba não pode, e não deve, deixar de procurar todas as soluções possíveis, e até mesmo "impossíveis", que lhe permitam realizar receitas não consignadas no Programa Ajustamento Financeiro, criando novas alternativas de investimento no concelho.**-----
- **O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis fixa as taxas máximas e mínimas a aplicar no território mas prevê, igualmente, que a Assembleia Municipal possa deliberar pela majoração ou minoração das mesmas consoante queira desincentivar ou incentivar determinadas políticas de ocupação e gestão urbana e rural. Isto é, reconhece discricionariedade à Assembleia Municipal para potenciar políticas de desenvolvimento e sustentabilidade do território, mesmo em quadros de assistência financeira.**-----
- **É por este motivo que estranhámos que, durante dois anos consecutivos, em três propostas diferentes e desde a entrada em funções deste executivo, o mesmo se abstenha de reunir as condições necessárias à taxação dos prédios devolutos do concelho.**-----
- **Esta taxação, para além do incremento de receita que poderia apresentar, constituiria um claro e firme passo para desincentivar o abandono de prédios no centro histórico de uma cidade que se quer afirmar pela salvaguarda do seu património arquitetónico como fator de atratividade turística.**-----
- **Por fim, em conjunto com outros mecanismos legais, como a criação de áreas de reabilitação urbana, poderia o município aceder a financiamentos comunitários no âmbito do Portugal 2020 vocacionados para este fim e completar desse modo a intervenção de fundo que se exige para que o centro histórico de Borba se mantenha vivo, dinâmico e atrativo como é apanágio de cidades com uma inegável riqueza histórica e cultural. As oportunidades existem, cabe aos executivos aproveitá-las ou, deixando-as passar, pagar o correspondente preço político. Os borbenses estarão atentos!**-----
Os eleitos do PSD "-----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

----- O presidente da Câmara Municipal disse ao membro João Letras " (...) que estava a ser ponderado há muito tempo o que tinha sido dito pela Gabriela Coelho. Essa recomendação está a ser seguida". Continuou " (...) existem vários programas do Portugal 2020, onde cada um desses programas é destinado a um determinado tipo de centros (centros principais, complementares e por fim os outros, onde Borba está incluída). O montante atribuído a cada centro depende da sua categoria. Segundo o regulamento existente, temos até dia 19 de fevereiro de 2016, para entregar as candidaturas ao programa da Regeneração Urbana, (Portugal 2020), onde irá tudo discriminado relativamente à recuperação do Património Municipal". -----

----- Explicou que ele, o vereador Joaquim Espanhol e o vereador Joaquim Serra, tinham tido uma reunião com os técnicos desta câmara, para saberem qual a possibilidade de serem eles a fazerem as candidaturas da Reabilitação Urbana do Património Municipal, sendo confirmado no final, que seriam os próprios técnicos a tratarem de todo o assunto. -----

----- Realçou a sua preocupação, relativamente à integração dos privados nestes projetos, porque a maior parte do património degradado, pertence aos privados e não ao Município. -----

----- O membro Célia Alpalhão disse " (...) para que fique esclarecido o referido na recomendação, passo a ler o enunciado no Regimento da Assembleia Municipal de Borba no seu artigo 45º, " *Proibição do uso da palavra no período da votação – Anunciado o período de votação, nenhum membro da Assembleia Municipal pode usar da palavra até à proclamação do resultado, exceto para apresentar requerimentos respeitantes ao processo de votação*". O membro Gabriela Coelho, quando fez a recomendação já tinha sido efetuada a votação". -----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- O presidente da Câmara Municipal referiu que todas as suas atividades estavam espelhadas no documento distribuído por todos os senhores membros, no entanto ressaltou a reunião que tinha tido com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, relativamente à construção da ETAR de Rio de Moinhos. Após essa reunião tivemos uma reunião com os queijeiros de Rio de Moinhos e explicámos as soluções possíveis para a Construção da ETAR. -----

----- Seguidamente leu um extrato da carta recebida das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, relativamente à ETAR de Rio de Moinhos, " (...) é neste contexto com vista a assegurar os investimentos, previstos no Contrato das Águas Lisboa e Vale do Tejo S.A., que se pretende dar início ao desenvolvimento dos projetos da ETAR de Rio de Moinhos e dos respetivos emissários e estações elevatórias. Pelo que vimos pelo presente convidar V.Exa., a designar um técnico ou os técnicos, para o acompanhamento dos mesmos. (...), aproveitamos para solicitar os volumes mensais do consumo de água fornecidos pela rede em baixa do ano de 2014 e 2015, se possível dividido pela tipologia dos consumidores (privado, doméstico e industriais). Agradecemos a vossa disponibilidade,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

com os melhores cumprimentos muito pessoais, o presidente do Conselho da Administração José Manuel Sardinha".-----

----- O membro **Manuel António Alpalhão** desejou boa noite e boas festas a todos os presentes e perguntou ao senhor presidente quando é que a ETAR de Rio de Moinhos começa a ser construída. -

----- O **presidente da Câmara Municipal** respondeu que tudo leva o seu tempo " (...) os planos levam um bocado de tempo, mas essa gente que está a trabalhar no assunto é extremamente profissional".-----

----- Informou sobre o acordo de cooperação que foi assinado entre a EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres S.A., e a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central no dia 15 de dezembro.-----

- " É um acordo institucional no domínio do controlo das perdas de água e da monitorização e gestão de redes de abastecimento, nas instalações da CIMAC. Este protocolo visa implementar o sistema WONE^R - Water Optimization for Network Efficiency, da EPAL, nos 14 municípios abrangidos pela CIMAC: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo; Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas; Viana do Alentejo e Vila Viçosa".-----

- " Este Projeto levado a cabo pela EPAL e pela CIMAC, o maior de sempre do WONE^R a nível nacional, pretende ser um exemplo modelo para todo o país e tem como finalidade ajudar os municípios a diminuir as perdas de água nas suas redes de distribuição, reduzindo assim a fatura da água adquirida pelos municípios".-----

----- O membro **Manuel António Alpalhão** perguntou ao senhor presidente da câmara " (...) como é que está a situação do Campo de Futebol de Rio de Moinhos, no que respeita às águas, iluminação e ao teto dos balneares".-----

----- O **presidente da Câmara Municipal** informou que estava à espera de uns orçamentos, para proceder á substituição do telhado do teto dos balneares, o qual estava construído em amianto.-----

----- Seguidamente disse estarem os outros assuntos a ser resolvidos.-----

----- Saliu que a freguesia da Orada tinha situações complicadas para resolver, exemplificando de seguida: que o valor de custo dos lotes habitacionais e lotes da zona Industrial deveriam ser revistos no próximo ano, baixar o valor, atribuindo aos mesmos valores corretos.-----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse ao senhor presidente que " (...) é o quinto projeto que as águas vão fazer para a ETAR de São Tiago". Continuou " (...) qual é a solução encontrada, para saber se não é nenhuma das que já estava enquadrada nas quatro apresentadas aos queijeiros".-----

----- Acrescentou " (...) quanto ao acordo celebrado entre a EPAL e CIMAC, (...) lembrei-me e sugerir ao senhor presidente da Assembleia, que quando enviar o parecer da CCDRA, relativamente ao envio das convocatórias por via eletrónica, a todos os membros, enviasse juntamente, uma carta que foi enviada pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em resposta à Moção enviada pelo MuB".-----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

----- Seguidamente perguntou o que se passava com um protocolo assinado com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, relativamente à cedência da Praça de Touros de Santiago Rio de Moinhos. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** explicou no que consistia o referido protocolo da Praça de Touros de Santiago Rio de Moinhos. Este protocolo resultou de uma doação feita pela D. Maria José Leitão Tavares Vasconcelos à Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. Este protocolo de parceria, consiste na manutenção e reparação da Praça de Touros. Acrescentou que a Praça de Touros não estava legalizada, o que tem dificultado todo o processo de doação (escritura).-----

----- **O membro Ângelo de Sá** pediu uma cópia do protocolo celebrado entre o Município de Borba e a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, relativamente à Praça de Touros de Rio de Moinhos.-----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse para serem entregues os documentos pedidos pelos eleitos do PS. -----

----- Relativamente à ETAR de Rio de Moinhos disse " (...) foi falado com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em que o transporte do soro das queijarias seria transportado para Évora, com um custo de 5€ (cinco euros) por metro cúbico, valor a ser suportado pelos queijeiros". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** insistiu " (...) senhor presidente qual é a solução encontrada". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) o transporte do soro será feito em carro próprio para Évora, e quando tudo estiver terminado, as análises serão efetuadas, e se algum soro for colocado no coletor, serão enviadas as respetivas coimas aos queijeiros". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** voltou a insistir " (...) senhor presidente, o senhor continua sem responder à minha pergunta. Qual é a ETAR que vai construir em Santiago Rio de Moinhos?" -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu " é uma ETAR de uso doméstico". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...), foi dito nesta casa, por várias vezes, que a única solução para aquele caso, era a construção de uma ETAR para tratamento de águas residuais de uso doméstico. (...) isto não é novidade rigorosamente nenhuma dentro desta casa. É feita uma ETAR para uso doméstico e como tal os queijeiros ou são tamponados, ou não sendo tamponados têm de pagar o transporte de 5€ (euros) o metro cúbico para Évora". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** afirmou " (...) não tenham dúvidas nenhuma, a ETAR é para ser feita e como tal vai ser feita. Não vou é tamponar ninguém, primeiro analiso e depois se tiverem de pagar multas, paga quem cometeu a ilegalidade. Não vão pagar mil e trezentas pessoas, por algo que dezassete ou vinte pessoas fizeram". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** frisou " eu não disse que tamponava as queijarias, o que eu disse foi, fazendo-se uma ETAR doméstica, (existiam dois projetos) ou as pessoas optavam por fazer uma ETAR doméstica, e cada queijaria faria o seu pré-tratamento como alternativa ao transporte para Sines".-----

----- **O membro João Morgado** desejou boa noite a todos os presentes e perguntou ao senhor



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

presidente "se a câmara faz alguma análise à água que sai da drenagem dos tanques da ETAR da Orada. Isto porque, verifiquei no tubo de drenagem que está no ribeiro que passa a quarenta, cinquenta metros da ETAR, onde supostamente a água deveria estar limpa, apresentava a mesma, uma espuma imensa. Supostamente essa água deveria sair limpa, quando entrasse na rede de drenagem das águas, no ribeiro que ali passa (...)

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu que a responsabilidade das análises da água é da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Acrescentou que segunda -feira ia falar com a técnica responsável por essa área e o assunto seria tratado. -----

----- Relativamente à ETAR de Rio de Moinhos referiu " (...) não é com atitudes de imposição ou contraditórias, que se resolvem os problemas existentes. A minha posição temporariamente é esta, (...) é necessário isto e isto, vamos ver quais as condições que temos para o poder fazer (...). Eu tenho um lema muito importante para mim, paciência, e a seguir querer. Quem tem paciência e querer faz tudo. Eu não faço para mim, faço para as pessoas, que entenderam que nós valíamos a pena ". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** relativamente à ETAR de Rio de Moinhos, disse " (...) o último estudo, previa o tratamento do soro, e os queijeiros pagariam cinquenta cêntimos por quilo de queijo. E seria feita uma ETAR para a população e para os queijeiros. Agora vão pagar cinco euros por metro cubico (...), vão pagar muito mais do que aquilo, que pagavam, certamente!". -----

----- Esclareceu, que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo são obrigadas a mensalmente fazer análises às águas das ETAR'S. -----

----- **O membro Rui Franco** disse " (...) no seguimento do que foi dito relativamente à ETAR da Orada. A ETAR da Orada é da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em função do que está definido na licença de descarga de efluentes, tem um chamado autocontrolo. Penso que dada a dimensão da freguesia, as análises não serão mensais, têm uma periodicidade menor. (...), mas de qualquer maneira são obrigados a fazê-lo. (...) sugiro à Câmara Municipal que seja pedido as análises de todas as ETAR'S das Águas de Lisboa e Vale do Tejo do concelho, para nos fazerem chegar o autocontrolo dos últimos quatro a cinco meses. Para que tenhamos uma ideia como as ETAR'S estão a funcionar (...)" . -----

----- **O membro Manuel António Alpalhão** perguntou ao membro Ângelo de Sá. " (...) porque é que durante os doze anos que estive no executivo da Câmara Municipal, não fez a ETAR de Rio de Moinhos? É essa a resposta que eu quero (...)" . -----

----- **O membro Ângelo de Sá** referiu " complementando a intervenção do membro Rui Franco, eu ia mais longe e sugeria que fossem pedidas as análises de todo o distrito de Évora, ao ERSAR. -----

----- Disse ao senhor Manuel Alpalhão o seguinte " (...) no ano de 2002, foi quando o concelho de Borba aderiu à Águas do Centro Alentejo, foi feito o primeiro projeto, esse projeto foi apresentado na feira do queijo em Rio de Moinhos. Era um projeto que obrigava à construção de uma ETAR para



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

uma população equivalente a sessenta e cinco mil habitantes, de acordo com os dados que foram fornecidos pelos queijeiros. Essa proposta não foi aceite pelas Águas do Centro Alentejo". -----

- Continuou " (...) foi feito um segundo projeto que previa estações de tratamento, junto de cada uma das queijarias. Não foi aceite pelos queijeiros. Seguidamente foi feito um outro projeto que previa o transporte do soro. O quatro projeto, previa a construção de uma ETAR só para a população, o que obrigava os queijeiros a fazerem ao soro, aquilo que entendessem, porque lhes foram dadas todas as oportunidades", Acrescentou " (...) as Águas do Centro do Alentejo, ao desconfiarem dos valores dados pelos queijeiros, enviaram uma empresa monitorizar a quantidade de soro, que eles estavam a lançar no coletor. E chegaram à conclusão, que a quantidade existente era muito superior à declarada pelos queijeiros". -----

----- Salientou " se um dia a IGAOT, se deslocar aqui, é multada a câmara e serão encerradas as queijarias (...)". -----

----- **O membro Manuel António Alpalhão** disse " (...) mas não foi isso que os queijeiros nos disseram nas reuniões que temos tido. Nas reuniões que tiveram com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, disseram que a câmara estava a explorá-los e nunca se tinha interessado por eles". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disponibilizou-se a ir à próxima reunião com os queijeiros, para que o assunto ficasse devidamente esclarecido. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) o importante é que os assuntos sejam resolvidos, independentemente do que se disse e do que se diz". -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou a todos os presentes um feliz Natal e um Próspero Ano Novo.-----

----- Seguidamente, ressaltou uma das atividades que estava referida nos documentos entregues a todos os membros, como sendo das principais ou a mais importante de todas. -----

- **Ligação de Águas do depósito do Alto dos Babelos para o Monte da Rocha e do Bairro da Estação e Vale Flor.** -----

----- Informou que a conduta já existia, só que não estava a ser utilizada. Esclareceu que para esse procedimento foi pedida autorização às Águas do Centro Alentejo, a qual respondeu favoravelmente ao solicitado.-----

----- Referiu que com este procedimento foram beneficiados cerca de quarenta famílias que tinham de ter reservatórios e bombas, para puderem ter pressão dentro das suas condutas de água. Com estas ligações foi possível desativar a estação elevatória do Monte da Rocha, e minimizar os gastos dos munícipes, beneficiados por esta medida uma vez que já não é preciso utilizarem as bombas, logo não gastam tanta eletricidade. -----

----- Disse " (...) fui informado, que estas pessoas esperavam por esta solução há trinta anos". -

----- Seguidamente disponibilizou-se, caso fosse necessário, para algum esclarecimento no que respeita às outras atividades, referidas nos documentos entregues a todos os membros. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

Handwritten signature in blue ink.

----- O presidente da Câmara Municipal disse " (...) têm sido muitas as coisas feitas em prol de Borba, (...) de uma forma equilibrada, respeitando toda a gente, (...) muitas vezes não o querem é reconhecer (...), mas a vida é cheia de reconhecimentos". -----

----- O vereador Joaquim Serra desejou a todos boa noite e umas boas festas. Disse que tinha feito uma listagem das atividades que vinha desenvolvendo na autarquia, a qual tinha sido distribuída, se alguém quisesse algum esclarecimento adicional, encontrava-se ao dispor. -----

----- O membro Augusto Guégués perguntou " (...) se a obra que se estava a realizar no Edifício do Sport Clube Borbense, tem projeto, se tem técnico responsável e se tem orçamento? (...) "-----

----- O membro Ângelo de Sá perguntou ao senhor presidente o que se tinha passado com os eucaliptos em Rio de Moinhos. Se os mesmos tinham sido vendidos? -----

----- Informou que era necessário fazer-se baixadas da EDP, para alimentar o tipo de iluminação (natal) existente às entradas da cidade. Era completamente ilegal a forma como aquelas ligações estavam feitas. -----

----- Relativamente às candidaturas das ARUS, disse que a forma como eram agrupadas as localidades, dependia muito da negociação que tinha sido feita. Porque " Campo Maior é uma Vila mais pequena que Borba, e está anexada a Portalegre e a Elvas. Borba poderia perfeitamente ter sido feita com Estremoz. Isso era uma questão de esforço". -----

----- Chamou a atenção para essa questão e perguntou qual o ponto de situação, relativamente a essa situação, uma vez que as candidaturas tinham que ser aprovadas pela Assembleia Municipal.-----

----- Relativamente às condutas de água, para o Monte da Rocha e para o Bairro da Estação, esclareceu que aquelas condutas não eram propriedade da Câmara Municipal de Borba, mas sim das Águas do Centro Alentejo (Águas de Lisboa e Vale do Tejo). O objetivo era que houvesse água tratada, bombada para Santiago Rio de Moinhos, para quando houvesse problemas na Nora, Barro Branco. Acrescentou que o PS nunca tinha feito aquelas ligações, porque as Águas do Centro Alentejo nunca autorizaram transformar uma conduta adutora numa conduta de abastecimento público. -----

----- O membro Joaquim Trincheiras desejou boa noite a todos os presentes, e disse ao senhor vereador Joaquim Espanhol, que a marcação do Campo de Futebol para jogos de "Futebol de Nove", estavam a necessitar de ser reavivadas num curto espaço de tempo. -----

----- Ainda nas atividades do vereador Joaquim Espanhol, perguntou se a " Execução de vedação em madeira para passadiço do campo de Feiras para o Loteamento do Picadeiro", era a **Ponte Benjamim Espiguinha**. -----

----- Perguntou ao senhor vereador Joaquim Serra, qual o ponto da situação, relativamente à utilização do Parque Desportivo. -----

----- Lembrou que o espaço utilizado no Parque Desportivo, como bar, também tem o telhado com amianto. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

----- Seguidamente perguntou qual o ponto de situação relativamente à questão das Piscinas. Se já tinham mais a alguma informação da polícia. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que o projeto da remodelação Clube Borbense e do Município de Borba foi elaborado por funcionários do município, e a sua recuperação também está ser feita por funcionários da autarquia. Esta decisão foi tomada depois de ter consultado o engenheiro Marques. A cabimentação deste projeto só será feita em janeiro de 2016. -----

----- Relativamente aos eucaliptos, referiu que após ter tido uma conversa com o presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, e lhe ter transmitido que tinha uma proposta para a compra de madeira de eucalipto, decidiu cortar os mesmos e vender a madeira de eucalipto. " Como todos sabem, estas árvores absorvem toda água do subsolo, reproduzem-se e crescem rapidamente, não demora muito, teremos novamente uma floresta de eucaliptos". -----

----- Quanto à iluminação de Natal, referiu que há muito tempo que " (...) Borba não tinha uma iluminação de tão bom gosto ". Esclareceu que a ligação daquela iluminação foi feita após contacto mantido com a EDP. -----

----- Informou que a nível de iluminação pública estavam a fazer um bom trabalho, referindo a boa comunicação entre os municípios, juntas de freguesia e câmara, no sentido de informarem os locais onde existem essas deficiências a nível da iluminação (eletricidade) pública, para que se proceda às suas reparações. Deu como exemplo os seguintes locais: Monte da Rocha; local junto ao Centro de Saúde, entrada nova da Adegua Cooperativa de Borba (...). -----

----- Relativamente às ARUS, disse que " (...) estou mais preocupado em fazer as coisas á medida de Borba, (...) do que em medidas grandes, porque se as coisas correm mal, eu assumo a responsabilidade e não a atribuo a Elvas ou Campo Maior (...) ". Salientou as competências dos técnicos da câmara, para a elaboração destes projetos. Informou que esses projetos viriam á próxima assembleia para aprovação. -----

----- Informou que todo o trabalho feito nas ligações da água no Monte da Rocha e Bairro da Estação foi feito pelos trabalhadores do município, e essa obra foi autorizada pelas Águas do Centro Alentejo. -----

----- Relativamente às Piscinas Cobertas, informou que foram recolhidas as impressões digitais dos funcionários que ali trabalham, pelo pessoal da polícia, e segundo informação recebida desta entidade existem duas impressões digitais que não correspondem aos mesmos. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** agradeceu ao membro Joaquim Trincbeiras o ter informado da necessidade de reavivar a marcação no Campo de Futebol, para os jogos de "Futebol de Nove", referindo que aquele assunto iria ser tratado. -----

----- No que respeita às Piscinas Cobertas, disse que a despistagem já tinha sido feita, e que agora tinham sessenta dias para inquérito. Confirmou a existência de duas impressões digitais, que não correspondem aos funcionários que ali trabalham. " Aguardamos informação da polícia, no que



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

il

respeita às provas recolhidas". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** relativamente às reuniões com as associações explicou " (...) nós fizemos uma primeira reunião em que a câmara apesar de ser a responsável pelos equipamentos, optou por uma postura de ouvir os intervenientes e utilizadores dos equipamentos sobre a sua possível utilização. (...) durante muitos anos o Borbense foi quem utilizou o Parque Desportivo, e uma das questões que está em cima da mesa, tem que ver com o Bar, que tem vindo a ser explorado por o Borbense, apesar de não haver nenhum acordo escrito com a câmara para a exploração daquele bar, porque vinha de um protocolo anterior (...). -----

----- Continuou " (...) hoje o Râguebi também pratica desporto naquele espaço, e entende quando faz os jogos de Râguebi, deveria ter acesso a uma parte da receita do bar. O Barbus que joga futebol de salão no pavilhão mas também leva pessoas ao Parque Desportivo, acha que também deve ter parte na receita do bar. (...) nós na primeira reunião ouvimo-los, fizemos alguns desafios ao borbense e às outras associações, a situação não tem evoluído, em janeiro vamos juntar-nos outra vez, e senão houver entendimento entre as associações, terá de ser a câmara a tomar decisões concretas sobre o assunto (...). -----

----- **O membro Joaquim Trincadeiras** disse " (...) eu não me estava a referir tanto ao bar, mas sim á utilização do equipamento desportivo em si". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse " (...) balneários ver quais são os jogos prioritários, uns em detrimento dos outros (...). A Câmara o que pretendia, era que as associações entre si se entendessem, e fossem elas a gerir aquele espaço da melhor maneira, sem se prejudicarem uns aos outros, não havendo esse entendimento, terá de ser a Câmara a tomar a decisão pelas associações. -----

----- **O membro João Morgado** lançou o desafio ao senhor presidente da Câmara e da Assembleia Municipal que constava na descentralização das Sessões da Assembleia Municipal, para as freguesias, o que seria uma forma de mobilizar as pessoas a participarem mais na vida política do seu concelho. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse ao senhor membro João Morgado "(...) nas deslocações que fiz às freguesias do concelho (Santiago Rio de Moinhos e Orada), no âmbito da " Educação na Saúde", lamentavelmente o senhor não estava lá em nenhuma delas, e estiveram lá presentes cinco pessoas (...). -----

----- **O membro Ângelo de Sá** referiu que nenhum dos eleitos do Partido Socialista era contra o telhado do imóvel do Sport Clube Borbense, mas era contra ilegalidades. " (...) acho muito estranho que Sport Clube Borbense, junto ao Castelo, não tenha que ter um projeto obrigatoriamente assinado, por técnicos credenciados. (...) tenho muitas dúvidas, que o telhado que está a ser feito seja igual ao que lá existia". -----

----- Recomendou ao senhor presidente que se informasse "se o que está a ser construído é legal ou não!". -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

----- Disse " (...) o compro agora e pago depois não se compadece com a contabilidade, se o senhor não sabe peça ao seu chefe de divisão que o informe. Senhor presidente, a cabimentação tem de ser feita, e o senhor sabe tão bem como eu (...)"

----- Relativamente ao terreno onde estão plantados os eucaliptos, frisou que o mesmo foi comprado, após uma avaliação feita por um perito do Tribunal. Nada foi comprado sem ser devidamente avaliado por peritos avaliadores do Tribunal. Seguidamente pediu que lhe fosse facultado o edital de venda dos eucaliptos.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** pediu ao membro Ângelo de Sá que lhe fizesse chegar aquele pedido por escrito.

----- **O membro Ângelo de Sá** chamou atenção, para o facto de existirem obras a serem feitas sem cabimentação, exemplificando de seguida.

----- Saliou o respeito que os eleitos do PS têm pelos técnicos da Câmara de Borba.

----- Relativamente às piscinas disse " (...) foi muito grave aquilo que foi feito e dito, principalmente numa entrevista que o senhor deu, em que disse que não tinha mudado as chaves (...) isso, é grave, muito grave". Continuou " o senhor está a fazer insinuações gravíssimas, (...) quando falamos de mudanças de fechaduras, temos de ter cuidado com aquilo dizemos".

----- **O membro João Morgado** disse " (...) senhor presidente as cinco pessoas que estavam presentes no colóquio que o senhor foi fazer à Orada, eram pessoas que me acompanharam nas listas do Partido Socialista, (...) eu não estive, não pelo tema, mas talvez pelo orador, e começo a tirar conclusões que os outros não estavam, talvez, pelo mesmo motivo (...)"

----- **O vereador Benjamim Espiguiha** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que queria prestar um ou dois esclarecimentos.

----- Disse ao membro Augusto Guégués, que o imóvel onde estava a sede do Sport Clube Borbense não era só desta entidade, parte do imóvel pertencia ao Município de Borba. Frisou considerar-se impedido, de discutir assuntos relacionados com o Borbense, tanto nas reuniões de Câmara, como nas sessões da Assembleia Municipal, uma vez que ele é o Presidente daquela entidade. Realçou, ser essa a sua postura.

----- Relativamente à intervenção do membro Joaquim Trincadeiras no que se refere à Ponte Benjamim Espiguiha, explicou " (...) aquilo a que é chamado Ponte Benjamim Espiguiha, foi, é uma passagem simples (que por acaso, sugeri em reunião de câmara), que fica junto à zona do Picadeiro (...), que permite que os carrinhos de bebé circulem da Horta do Picadeiro para o Pavilhão de Eventos, essa é a famosa Ponte Benjamim Espiguiha (...)"

----- Informou que por sua iniciativa, presentemente é permitido que " uma ambulância entre no campo de futebol, na pista de tartan, quando as obras foram feitas, quem de direito, entendeu que não deveria pedir sugestões a quem lá passa a maior parte do tempo, mas apesar disso, eu entendi que devia dar essa sugestão, e hoje essa passagem está feita (...). Tal como disse à população



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

quando me candidatei, candidatei-me por Borba, e mesmo na oposição, procurarei sempre que a minha terra avance, e procurarei dar sugestões que eu considere boas para a minha terra e para o meu concelho. -----

----- Terminou a sua intervenção desejando a todos um Santo Natal e um próspero dois mil e dezasseis.-----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou estar a situação financeira, equilibrada, "(...) herdámos uma situação difícil, mas com muito sacrifício, bom senso e ouvindo sempre quem percebe do assunto (pessoas da área financeira), estamos a recuperar, a pagar a dívida. No final esperamos chegar ao limite de endividamento, pagamos o curto prazo (...)

Salientou "(...) com paciência e equilíbrio consegue-se gerir uma casa (...)". -----

----- **O Chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos, e de seguida explicou o relatório financeiro.-----

- " O relatório é respeitante aos primeiros onze meses do ano. No que respeita á Execução da Receita, a receita tem uma execução na ordem dos 82%. A única rubrica que se apresenta aqui fora do previsto é a rubrica de venda de Investimento, mas é uma rubrica sem grande reflexos no orçamento, todas as outras enquadram-se no previsto. No que respeita à Despesa, a execução anda na mesma ordem 83%, também aqui, não se verificam rubricas com execuções muito anormais. Relativamente a Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, verifica-se no final de novembro um decréscimo de 41%, que representa mais ou menos, duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€), em relação ao início do ano. Nas dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, onde não estamos a incluir os empréstimos, estamos a falar essencialmente de acórdãos de regularização de pagamentos que estão a ser feitos e que estavam acordados. Verifica-se que foi executado aquilo que estava previamente acordado com os fornecedores. Nos Empréstimos Bancários têm sido satisfeitos os pagamentos das amortizações do serviço da dívida. A Dívida total que o RFALEI (regime financeiro) lhe atribui no dia 30 de novembro está a sessenta e três mil euros (63.000,00€) de ser cumprida. É mais que ponto assente que o Município no final do ano encerre dentro do limite da dívida para o ano de 2015, sendo que no de 2016 essa margem ainda se vai refletir mais, uma vez que existem diferenças no conceito do limite". -----

----- Referiu que o Equilíbrio Orçamental ainda não se estava a verificar a 30 de novembro, vamos ter de o ir acompanhando. Acrescentou que foram incluídos no final deste relatório financeiro as responsabilidades contingentes, ou seja os processos judiciais que o município tem em curso. A DGAL entendeu que estes processos deveriam constar nos documentos previsionais, e como não constavam lá, colocámo-los no Relatório Financeiro. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...) espero que rapidamente sigam os conselhos do partido socialista, que foram entregues (tomadas de posição e declaração de voto) apresentados quando da



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

aprovação das Contas, e que rapidamente transformem o empréstimo do PAEL, num empréstimo de médio e longo prazo, cujos juros são mais baixos do que aqueles que estamos a pagar do PAEL. ---

----- Pediu que lhe fosse esclarecido se a questão da cabimentação para janeiro, era ou não legal. -

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu " (...) o senhor sabe melhor que eu, que estive cá doze anos, que não é legal (...)". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** esclareceu " (...) assumir despesa implica previamente assumir o compromisso. Está na lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Aquilo que acontece é que nós temos orçamentos, muito mais apertados do que tínhamos no passado. Neste momento (...) estamos quase a 85% da receita e a 86% na despesa, no final de novembro. O que não existia necessidade de acontecer no passado pode acontecer agora. As despesas no final do ano têm muita dificuldade em serem previamente cabimentadas. Se me está a perguntar "pode-se realizar uma despesa, sem prévio cabimento? Lógico que não!" ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** esclareceu " (...) nenhum material de uma determinada obra (seja ela qual for), irá ser faturado, se não em janeiro". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** acrescentou " (...) nenhum fornecedor pode exigir deste município ou de qualquer outro, determinado valor sem que seja previamente cabimentado e recebido o número do compromisso. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº5 da Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2015.

----- **O membro Paulo Ferreira** disse que na página nº8 da ata, a intervenção do membro Luís Baltazar, deveria estar mais completa, de forma que ficasse mais perceptível para quem lesse. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** pediu a correção na página 3 onde consta " (...) perguntou, se o que faltavam era contentores (...)", deve constar " (...) perguntou, se o que falavam era contentores (...)". Na página 8 pediu a correção de um erro ortográfico (distorcida). -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** após efetuadas, as correções, colocou a ata a votação, tendo a mesma sido aprovada com treze votos a favor (eleitos do MuB, CDU,PS,PSD). ---- De acordo com o nº3 do artigo 34º do Decreto-lei nº4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Joaquim Manuel Ganito Trincadeiras (PS); Francisco José Ramalho Mendes (PS); João Miguel Cordeiro Geadas (PSD); Pedro Miguel Lopes Grego (CDU); Manuel António Barroso Alpalhão (MuB); Paulo Manuel Coelho Velinho (MuB). -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Documentos Previsionais:

a) Proposta de Orçamento para o ano de 2016. -----

b) Proposta de Grandes Opções do Plano para o ano de 2016-2019. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

----- O presidente da Câmara Municipal informou que o orçamento apresentado, é um orçamento equilibrado, ponderado, não temos muito dinheiro, portanto, é o que é possível apresentar. Estas foram as opções que nós fizemos, as que entendemos serem as mais corretas, no entanto respeitamos as ideias e opiniões da oposição, com certeza eles teriam outro tipo de atitudes, opções. Este ano conseguimos liquidar o empréstimo de curto prazo no valor de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€). No final do ano, vamos ficar dentro dos limites de endividamento, o que nos permitirá no próximo ano, negociar um empréstimo com os bancos, de longo prazo, com taxas de juros mais baixas, equilibradas, para nos libertarmos do dito PAEL.-----

----- Referiu que o orçamento apresentado no valor de sete milhões e oitocentos mil euros (7.800.000,00€), era um orçamento real, e o possível de apresentar, com o qual tentariam melhorar ainda mais, as taxas de execução. Os investimentos têm de ser feitos com muita ponderação e equilíbrio, ouvindo sempre quem sabe das disponibilidades imediatas de dinheiro, dentro da Câmara.

----- Continuou " (...) Grandes Opções do Plano, são as que estão aí escritas, contestadas, pode ser! Discutidas, pode ser! mas são as nossas, e são aquelas que nós apresentamos a esta Assembleia.-----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) estou crente que o atual governo vai olhar para as autarquias e população de maneira completamente diferente do anterior, o que permitirá certamente algum desafogo financeiro, (...) a pensar inclusivamente no Portugal 2020. É fundamental que haja essas alterações, para bem dos municípios, do país, e para bem da população".-----

----- Disse "(...) Olhando para o documento tenho a dizer que fiquei triste ao ler os documentos em discussão, porque estava à espera de outra coisa". Realçou o facto de na sua opinião as autarquias não deverem continuar eternamente, dependentes da DGAL, a qual olha para os números muitas vezes, sem perceber do que se está a falar, e para as diferenças que existem no país, nomeadamente entre o litoral e o interior, tratando todos de igual forma, "(...) com a convívência da malfadada Associação Nacional de Municípios Portugueses (...)"-----

----- Relativamente às linhas estratégicas disse serem as mesmas do ano anterior. Tendo seguidamente salientado que a "**Implementação de medidas geradoras de emprego**" e o "**Programa de incentivo ao empreendedorismo local (PIEL)**", expressavam na sua opinião "(...) coisas, que seriam mais bem-feitas por entidades privadas do que pela Câmara Municipal, por essas entidades poderem desenvolver determinado tipo de atividades, que poderiam (...) gerar postos de trabalho, criar emprego, e mais facilmente chegar a dinheiros provenientes de Fundos Comunitários (...)".-----

----- Continuou " (...) se não houver medidas drásticas e de luta pela Festa da Vinha e do Vinho de Borba, aliás do Alentejo, poderá transformar-se apenas em festa do Vinha e do Vinho de Borba".-----

----- Relativamente à "**Descentralização para as Juntas de Freguesia**" disse "(...) contrariamente ao que aqui está escrito, as coisas não estão a ser tratadas desta forma. Eu vejo nitidamente, que há



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

freguesias que são tratadas de forma diferente (...). -----

----- No que respeita a **Planeamento, Ecologia e Ambiente** frisou " (...) Plano de Pormenor da Santa Bárbara e Plano de Pormenor da área de equipamentos de apoio à Ecopista, há dois anos que estavam concluídos, tal como o Plano de Emergência que vem ai agora (...), que só precisava de ser atualizado. Estes Planos estavam feitos por técnicos da câmara, estavam concluídos, não entendo o que é que se passou". -----

----- Relativamente à "**Substituição da Conduta de água de Rio de Moinhos e da conduta de água de Orada**", disse que aquilo "era anedótico" quanto ao montante disponível para cada uma das freguesias. Mencionando o valor atribuído (Rio de Moinhos – ano 2016 – sessenta mil euros, Orada – ano 2016 – dez mil euros). -----

----- **Programa Sapadores Florestais (SF)** referiu esperar que não se recorra novamente a empresas de trabalho temporário, ao "malfadado emprego precário, (...) em que a câmara se tem servido das pessoas que estão desempregadas para ocupar postos de trabalho, que poderiam ser ocupados de uma outra forma". -----

----- **O membro Júlio Prates** realçou as dificuldades que este executivo tem tido desde o início do seu mandato, para equilibrar as finanças. Tendo seguidamente salientado ter este executivo, em dois anos conseguido diminuir a dívida em aproximadamente dois milhões e seiscentos mil euros (2.600.000,00€). -----

----- Disse que na sua opinião " (...) o trabalho deste executivo, (...) no aspeto financeiro, (...) merece um voto de louvor, porque está a equilibrar as finanças da Câmara (...)" -----

----- **O membro Ângelo de Sá** dirigindo-se ao membro Júlio Prates disse "(...) o que aconteceu nestes dois anos não é nada (...), esta tendência segundo o gráfico do relatório Financeiro era para evoluir, ou seja, para melhorar (...)", e acrescentou " (...) a DGAL tanto controla a Câmara de Borba, como outras Câmaras que têm PAEL, e a atitude tem sido completamente diferente (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor** (eleitos do MuB, eleitos da CDU) e **sete abstenções** (eleitos do PS e eleitos do PSD). -----

- Os eleitos do PS apresentaram declaração e voto (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 5**) e seguidamente se transcreve. -----

- " Declaração de Voto -----

- Os Eleitos do PS afirmam que, passados dois anos de gestão da atual maioria nada justifica os argumentos apresentados na mensagem do senhor Presidente da Câmara relativamente à prudência no que se refere ao Plano de Ajustamento Financeiro para as Grandes Opções do Plano de Orçamento para 2016. -----

- Tal postura representa apenas uma visão economicista e um "bom aluno", junto da tutela, não revelando empenho em medidas que visem o desenvolvimento integrado e sustentado do concelho e



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

muito menos a defesa dos interesses da população do concelho de Borba. -----

- Como é possível esta mensagem Senhor Presidente? -----

A atual maioria, demonstra um total desrespeito pela oposição e pelo respetivo estatuto da mesma. Este ano, nem sequer foi pedida qualquer sugestão de propostas das Grandes Opções do Plano de Orçamento para 2016.-----

As linhas estratégicas definidas, nada acrescentam ao que se passou nos últimos dois anos.-----

Os Eleitos do PS dirão que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 são " mais do mesmo", e a atual maioria não está nada preocupada com a medida de crescimento e desenvolvimento sustentável do concelho, antes pelo contrário. A visão economicista, retrógrada e conservadora, acarreta o nosso concelho para a cauda dos concelhos da "zona dos mármore". -----

- Torna-se quase anedótico que a visão estratégica central afirme nas Grandes Opções do Plano e Orçamento que " aposta na implementação de medidas que visem elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento" etc. -----

- Será que o município pretende: -----

- Acabar com trabalho precário e com os contratos com empresas de trabalho temporário? -----

- Avançar definitivamente com a Zona Industrial do Alto dos Bacelos em vez de defender a Zona Industrial dos Arcos? -----

- Avançar com o Parque de Feiras e Exposições de acordo com o projeto existente? -----

- Acabar com os "compadrios em termos de vendas de imóveis e tentar alterar loteamentos e planos de pormenor de acordo com as vontades dos particulares, em vez de defender o interesse público? --

- Os Eleitos do PS alterariam a visão estratégica definida pela atual maioria de " Borba faz bem!" para "Borba faz pouco ou nada!" -----

- As linhas estratégicas de desenvolvimento definidas, nada acrescentam ao ano anterior e ficam muito longe daquilo que o PS deseja para o concelho e para os borbenses. -----

- Os Eleitos do PS para não serem acusados de força de bloqueio optam pela abstenção apesar de conscientes de que o concelho está a regredir e que a responsabilidade é da maioria CDU/MuB". -----

----- Os Eleitos do PS. -----

----- **O membro João Letras** informou que o PSD também ia apresentar declaração de voto, mas como era uma declaração de voto conjunta, fá-lo-ia nas Grandes Opções do Plano. -----

b) Proposta de Grandes Opções do Plano para o ano de 2016-2019. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor** (eleitos do MuB, eleitos da CDU) e **sete abstenções** (eleitos do PS e do PSD). -----

----- Os Eleitos do PSD, apresentaram e leram declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº6**) e seguidamente se transcreve. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

- " Declaração de voto -----
- As propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o próximo ano, mostram uma vez mais, a desastrosa e irresponsável gestão que o nosso concelho teve ao longo dos últimos anos. Aliás, isso está bem claro no relatório recentemente divulgado pela IGF. -----
- O Município de Borba ainda se encontra numa situação financeira delicada, o que condiciona os documentos em discussão. -----
- De referir que estes números apresentados por estes documentos espelham uma realidade bem diferente daquela que era apresentada aqui num passado recente, imposição que se deveu ao Plano de Ajustamento Financeiro aquando da candidatura ao PAEL, mas desde cedo denunciada pelo PSD.
- Este não é o Orçamento do PSD, mas, entendemos que quem foi eleito pelo povo para gerir os destinos do Município deverá toda a legitimidade para apresentar as propostas sufragadas, desde que o faça com rigor. -----
- O sentido de voto do PSD sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o Ano 2016 será a abstenção. -----
- Os Eleitos do PSD. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2016. -----

----- O presidente da Câmara Municipal referiu " (...) este é o Mapa de Pessoal que nós entendemos ser o adequado para que esta Câmara funcione bem. São opções, tal como o orçamento e as Grandes Opções do Plano, que nós entendemos ser as necessárias (...), a grande vantagem da democracia é nós termos opções diferentes. Esta é a nossa opção, poderá ser discutida e avaliada, mas é a nossa opção. É o Mapa de Pessoal que nós entendemos ser o correto para a Câmara de Borba". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** referiu que aquele Mapa de Pessoal deveria vir acompanhado de uma nota escrita, a explicar as alterações do mapa atual, para o mapa futuro. -----

----- Disse " (...) lamento que o celebre concurso das treze pessoas, ninguém sabe o que lhe aconteceu, contínuo sem perceber. Quando o outro Mapa de Pessoal foi aprovado, foi dito que as pessoas continuavam previstas no Mapa de Pessoal (pessoas concurso 2013), que o concurso não tinha sido anulado". Salientou " (...) alguma coisa não estava a jogar bem, e mais ano, menos ano, deve vir a dar caldeirada. Acho que as coisas não estão a ser feitas corretamente, foram feitos aqui (...) alguns pareceres que não correspondem à realidade". -----

----- Continuou " (...) senhor presidente, o senhor também contratou uma empresa externa para fazer os exames psicotécnicos. O senhor criticou aqui a anterior Câmara de ter recorrido a uma empresa de serviços externos, para fazer os exames (...) ". -----

----- O membro **Paulo Ferreira** perguntou " Onde está o Mapa de Pessoal nos documentos distribuídos?" -----



Borba
Câmara Municipal

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

- Seguidamente foi-lhe respondido que o Mapa de Pessoal se encontrava anexo às contas. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** explicou " (...) a lei aponta caso o INA, não tenha pessoal para proceder à avaliação psicológica dos candidatos, poderá proceder-se ao recrutamento de uma empresa externa para o efeito. E foi o que aconteceu, o INA não tinha pessoal disponível. Foi pedido ao Centro de Emprego se tinham pessoal disponível, o qual respondeu que não! Esgotadas essas duas possibilidades legais, contactou-se então a empresa de serviços externos". -----

----- Afirmou " (...) foi feito um concurso legal, justo, onde não falei com ninguém das pessoas que estava a analisar aquilo! Nem permiti que nenhum eleito pertencesse ao júri (...).-----
Seguidamente realçou que segunda-feira iria saber se tinham sido feitos todos os procedimentos legais, nos anteriores concursos, relativamente ao recrutamento do pessoal para fazer os exames psicotécnicos aos candidatos a concurso. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** respondeu " senhor presidente, os procedimentos que foram feitos no anterior concurso, foram feitos da mesma forma, que foram feitos neste. O anterior executivo recorreu a uma empresa de serviços externos, e recorreu bem, tal como o senhor recorreu bem, mas porquê, porque era necessário cumprir prazos, que foi aquilo que o senhor fez. Era preciso recrutar à pressa (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **maioria, com onze votos a favor** (9 eleitos do MUB e 2 eleitos da CDU) e **oito abstenções** (eleitos do PS, PSD, e um eleito do MuB) -----

----- Os Eleitos do PS, apresentaram e leram um declaração de voto (que se arquiva e anexa em pasta anexa como **documento nº 7**) e seguidamente se transcreve: -----

- " Declaração de Voto -----

- Os Eleitos do PS abstêm-se pelo facto de desconhcerem toda a informação relativa às necessidades de colaboradores do Município ao mesmo tempo que não têm qualquer base de comparação, nem justificação em relação ao mapa existente. -----

- Entendem os eleitos do PS que esta pode ser mais uma manobra para colaborar e transferir colaboradores, mais por razões políticas e interesses particulares do que por verdadeira necessidade do município. -----

- Os eleitos do PS. -----

Foi apresentada uma declaração de voto por um eleito do MuB (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 8**), e seguidamente se transcreve. -----

- " Declaração de voto -----

----- Relativamente ao ponto 3.4 – Proposta de Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dezasseis, que consta da ordem de trabalhos da sessão ordinária de dia dezoito de dezembro do corrente, da Assembleia Municipal de Borba, mantenho a orientação de voto expressa em anteriores Assembleias Municipais do atual mandato, a abstenção. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

- A razão da minha orientação de voto está relacionada com o facto de continuar a ter dificuldade em perceber as opções do atual executivo no que à política de recursos humanos concerne. -----
- O eleito do Mub". -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2016. -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse tratar-se de um empréstimo que " (...) serve para despesas imediatas, vem todos os anos, o seu pedido de autorização para contração à Assembleia Municipal. Foram feitos os pedidos às diversas entidades bancárias, sendo a Caixa Geral de Depósitos, a que melhores condições apresentou. É um empréstimo de curto prazo que será utilizado em prol do povo de Borba". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** frisou que o que o atual executivo está a fazer, " (...) não é nada daquilo, que outros não fazem! O que o executivo faz é seguir as diretrizes da divisão administrativa".

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – Contrato de Prestação de Serviço Via CTT. -----

----- O presidente da Câmara Municipal referiu que aquela proposta tinha que ver com um serviço prestado pelos CTT ao Município de Borba de nome "Via CTT". -----

- Este contrato deriva de um projeto que está ser desenvolvido conjuntamente com a CIMAC e está integrado "Modernização Alentejo Central @2015". No âmbito deste projeto foram desenvolvidos trabalhos de reengenharia (...), que dão a possibilidade de o Município de Borba deter mais um canal de comunicação (designado "Via CTT"), de forma a dar resposta ao previsto no art.º 63º (comunicações por telefax, telefone ou meios eletrónicos) do Código do procedimento Administrativo (CPA). -----

- O "Via CTT" caracteriza-se, essencialmente, por um serviço que permite o envio e receção de documentação, em formato eletrónico, diminuindo assim os custos de expedição, arquivo, e impressão, permitindo, em simultâneo ao Município contribuir para melhoras práticas ambientais. -----

----- A adesão ao serviço "Via CTT", pressupõe a celebração de um contrato específico para o efeito, com vigência desde a sua assinatura até ao final do ano, automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade dos presentes**. O membro **Leonel Infante** não participou na discussão, nem na votação deste ponto, por se considerar impedido. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

PONTO TRÊS PONTO SETE: Opção de Venda das Participações Sociais do Município de Borba nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

----- O presidente da Câmara Municipal disse " (...) o nosso capital social dentro da Empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, é diminuta. Com a venda das Participações Sociais, conseguimos receber dinheiro, pagar dívida, pagar o acordo (Acordo de Transação feito com as Águas do Centro Alentejo até 2018) ". Informou " com a entrada nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, conseguimos poupar cerca de quinze mil euros por mês, na faturação da água. Segundo informação recebida da ERSAR, é necessário atualizar os tarifários da água. Estamos a trabalhar no assunto, logo que possível ser comunicado o ponto da situação". Fez referência à fraca autonomia que as autarquias estão sujeitas. -----

Afirmou " (...) as vendas destas participações é um bom negócio a curto prazo para o Município de Borba". Continuou " (...) nós, estaremos sempre representados nestas empresas através dos mecanismos legais. Se este negócio for feito, libertamo-nos de condicionalismo a nível do curto prazo, ficamos com mais trinta mil euros, e ficamos livres de uma prestação de catorze mil e trezentos euros por mês até setembro de 2018". -----

----- O membro Paulo Ferreira disse " (...) o discurso do senhor presidente não se coaduna com o que está aqui escrito. Segundo o que está aqui escrito, o que se vai poupar são cerca de onze mil euros de juros financeiros desde agosto de 2016 a agosto de 2017 (...). Liquidam a totalidade da dívida no montante de sessenta e um mil euros à data de 31 dezembro (...), estamos a falar de uma empresa que dá em dividendos, à Câmara quase trinta mil euros por ano. No primeiro semestre deste ano deu quinze mil euros e prevê-se que dê mais no segundo semestre." Querem vendê-la a 31 de dezembro, não recebendo os dividendos do segundo semestre, ou seja não querem receber mais quinze mil euros, para pouparem onze mil euros em juros, num ano e meio". -----

----- Perguntou " Será que o sairmos das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, não prejudica a construção da ETAR de Rio de Moinhos, nem encarece para a Câmara qualquer coisa? (...) se não recebemos os dividendos do segundo semestre, já não me parece que seja assim tão bom negócio".

----- O membro Ângelo de Sá perguntou " (...) senhor presidente, porque é que diz que é bom negócio agora, mas no futuro não sabe". -----

----- O presidente da Câmara Municipal respondeu " (...) entendo que neste momento este é um bom negócio para Borba, no entanto, se me perguntarem qual a evolução deste negócio nos próximos dez anos, é difícil de saber". Em termos pessoais entendo que é o negócio exato, indicado para a Câmara de Borba (...), temos de vender para fazer!". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor (eleitos do MuB, PS e um eleito do PSD) e três abstenções (eleitos da CDU e um eleito do PSD).** -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

- Os eleitos da CDU apresentaram declaração de voto oral que seguidamente se transcreve: -----
- “ A nossa votação e a nossa abstenção resulta do seguinte: Embora compreendamos que é uma proposta de pegar ou largar, que a participação do município é uma participação incipiente, e tornou-se uma participação incipiente, pelo facto de ter passado a pertencer às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e resulta também num desafogo financeiro para a Câmara. No entanto, da parte das preocupações, em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que todas as regras que foram ditadas, foram ditadas pela lei, portanto, o município não teve a capacidade de negociar apenas uma parte agora, e outra mais tarde. Em segundo lugar porque existe um Plano de Pagamento acordado e contratado, que estava a ser cumprido. E finalmente em terceiro lugar, no limite, se todos os municípios fizerem isto, estamos a um passo da privatização”.-----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Aprovação do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança.-----

----- Este ponto foi retirado da ordem de trabalho, e transitou para uma próxima sessão da Assembleia, após concordância de todo o plenário. -----
----- De acordo com o artigo nº. 9, da Lei 33/98, de 18 de junho, alterada pela Lei nº 106/2015 de 25 de agosto, “ os membros de cada Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal”. -----
- Como os membros pertencentes ao Conselho Municipal de Segurança ainda não tomaram posse, este ponto transita para uma nova sessão da Assembleia Municipal. -----

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Fixação do feriado anual do Município de Borba para o ano de 2016.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou “ (...) de acordo com a alínea m do nº 2 do artigo 25 da lei 75/2013 de 12 setembro, é competência da Assembleia Municipal a fixação do feriado anual do Município”. -----
- Como o feriado do Município é um feriado móvel (segunda-feira de Páscoa), terá de ser fixado anualmente. -----
Em 2016, o dia do feriado é o dia vinte e oito de março. -----
----- Não havendo inscrições, colocou o documento á votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 3º Trimestre de 2015 – (Título Informativo).-----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

----- **O presidente da Câmara Municipal** pediu ao chefe de divisão António Passinhas, que desse uma explicação suscita e objetiva, do documento em análise. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** explicou " (...) no que respeita ao relatório do PAEL, (...) , é um relatório trimestral, é o terceiro trimestre. (...) no que respeita à execução das receitas, não há grandes divergências, face aquilo que era expetável. (...) penso que o mais importante deste relatório, para o qual devemos olhar, é o ponto três, que no fundo são as medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro, (...) os momentos, onde se poderá arrecadar mais receita, e diminuir mais despesa. Em relação a isso recordo-vos, que o aumento da receita e a evolução da despesa está sempre associado ao ano de 2011. Era previsto com a fixação do IMI, o município durante o ano de 2015, aumentar a sua receita em cerca de setenta mil euros. Á data do relatório, este aumento já era de cento e setenta e seis mil euros (176.000,00€). Era previsível, foi estipulado no plano, com a fixação da Derrama, aumentar cerca de mil e novecentos euros (1.900,00€), em relação ao ano de 2011. Á data do relatório era superior a cerca de cinco mil euros (5.000,00€).-----

----- Foi previsto no Plano, a venda de Património, originando um incremento de receita na ordem de vinte seis mil euros (26.000,00€), em relação ao ano de 2011. Á data do relatório havia uma diminuição de treze mil euros (13.000,00€), ou seja, não se vendeu Património. Era previsto aumentar os rendimentos de propriedade em quinze mil euros (15.000,00€), e à data do relatório estávamos a cento e setenta mil euros (170.000,00€) do ano de 2011. Com isto tudo, é expectável até final do ano aumentar cento e treze mil euros (113.000,00€), a receita em relação ao ano de 2011, e ainda estamos a três mil euros (3.000,00€), do mesmo montante. -----

----- No lado da despesa, em sentido inverso, é previsível reduzir duzentos mil euros com pessoal, e ainda estamos a um milhão de euros (1.000.000,00€) disso, até porque, é o terceiro trimestre, falta todo um trimestre. Era previsível diminuir mil e quinhentos euros (1.500,00€), com subsídios, e já aumentaram mais oitenta e dois mil euros (82.000,00€). (...) subsídios são o pagamento das despesas às famílias, ou os acordos de programas ocupacionais". -----

----- Realçou, ser esta a parte mais importante do Relatório, porque todas as outras, segundo disse, " (...) são essencialmente orçamentais, no fundo têm apenas, a ver com o facto de estarmos no terceiro trimestre". -----

----- Relativamente ao endividamento, referiu " (...) era previsível no final de 2015, termos um endividamento de cinco milhões e duzentos mil (5.200.000,00€), e à data do relatório é de três milhões e oitocentos mil euros (3.800.000,00€), mas atenção que o endividamento, não é a dívida, sofre o efeito de empolamento da Lei do Orçamento de Estado, daquilo que são as receitas do FEF, ou seja, este endividamento de três milhões e oitocentos mil euros, está um pouco a quem, daquilo com que se vai fechar o ano. Está em linha de conta com os recebimentos que o município tem, nos últimos seis meses". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** perguntou se as despesas com as "célebres" empresas de trabalho

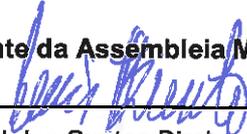
Município de Borba

Assembleia Municipal

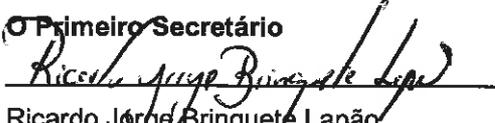
(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015)

temporário não constavam naqueles documentos? -----
----- O chefe de divisão António Passinhas informou " (...) elas estão nas despesas, não estão é nas medidas. Nas medidas só constam mesmo, os custos diretos com o pessoal". -----
----- O presidente da Câmara Municipal desejou um bom natal e um próspero 2016 a todos os presentes, e seguidamente ofereceu a todos os membros, uma garrafa de azeite (numerada), da comemoração dos trezentos anos da Batalha de Montes Claros. -----
----- O presidente da Assembleia Municipal informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as seis minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----
----- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade.-----
----- Desejou a todos os presentes um feliz Natal e um bom ano novo. -----
----- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pela uma hora e quinze minutos do dia dezanove de dezembro, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e uma página, que por ele vai ser assinada e pelos secretários.

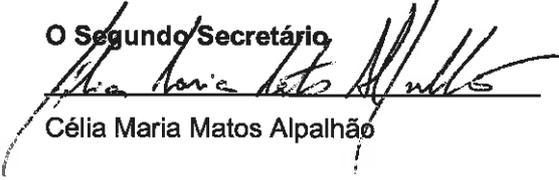
O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário


Célia Maria Matos Alpalhão

